

DINHEIRO E CULTURA: CONTRIBUIÇÕES CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS PARA A ANTROPOLOGIA ECONÔMICA

Money and culture: classical and contemporary contributions to economic anthropology

Rebeca Auler¹

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Data do recebimento: 26/05/2025 - Data do aceite: 29/10/2025

RESUMO: Este artigo propõe uma análise antropológica do dinheiro como construção social, tendo como base as contribuições de Bronislaw Malinowski, Marcel Mauss e Viviana Zelizer, além de perspectivas contemporâneas que dialogam com esses autores. Ao ultrapassar a concepção do dinheiro como um mero instrumento neutro de troca, os autores aqui abordados revelam suas dimensões simbólicas, relacionais e morais. Através da comparação entre sistemas de troca não capitalistas e relações econômicas contemporâneas, observa-se a permanência de significados sociais atrelados à circulação de bens e valores monetários. A análise desenvolvida oferece subsídios para repensar as fronteiras entre economia e cultura, articulando etnografia, teoria da dádiva e sociologia econômica.

Palavras-chave: Etnografia; simbologia; valor; troca.

ABSTRACT: This article proposes an anthropological analysis of money as a social construct, based on the contributions of Bronislaw Malinowski, Marcel Mauss, and Viviana Zelizer, as well as contemporary perspectives that engage in dialogue with these authors. By moving beyond the notion of money as a mere neutral instrument of exchange, the authors discussed here reveal its symbolic, relational, and moral dimensions. Through the comparison between non-capitalist exchange systems and contemporary economic relations, the persistence of social meanings attached to the circulation of goods and monetary

values becomes evident. The analysis developed offers insights for rethinking the boundaries between economy and culture, articulating ethnography, gift theory, and economic sociology.

Keywords: Ethnography; symbolism; value; exchange.

Introdução

O dinheiro, na perspectiva das abordagens tradicionais da economia¹, é compreendido como um instrumento neutro de mediação de trocas, uma simples medida de valor. Tal concepção, ainda dominante em discursos institucionais e políticos, tende a abstrair o dinheiro de seus contextos sociais e culturais, reduzindo-o a uma tecnologia funcional.

No campo da antropologia, no entanto, essa visão utilitarista é refutada a partir de uma perspectiva mais densa e complexa, que revela o dinheiro como um fenômeno social profundamente simbólico, moldado por relações, significados e normas culturalmente situadas.

Dos estudos pioneiros de Bronislaw Malinowski² nas Ilhas Trobriand, passando pelas contribuições fundamentais de Marcel Mauss³ sobre a dádiva, até os estudos contemporâneos de Viviana Zelizer⁴, que evidenciam a “marcação social” do dinheiro, a antropologia econômica tem demonstrado que o dinheiro está longe de ser uma entidade abstrata e universal. Pelo contrário, sua circulação é atravessada por códigos morais, afetos, rituais e estruturas sociais que atribuem sentidos específicos ao seu uso.

A crítica antropológica evidencia que as práticas monetárias são inseparáveis das formas de organização social que as sustentam. O próprio ato de dar, receber ou gastar dinheiro envolve classificações morais que definem o que é considerado legítimo ou desejável em cada contexto.

Assim, o dinheiro não opera como um meio indiferenciado, mas como um operador simbólico que distingue relações, hierarquias e esferas de valor. Em muitas sociedades, diferentes fontes de dinheiro são hierarquizadas e moralmente avaliadas, moldando tanto o status dos indivíduos quanto a aceitabilidade das transações que realizam.

Nesse viés, o dinheiro aparece também como um artefato ético, cuja circulação está vinculada a expectativas de reciprocidade, obrigações familiares e convenções de cuidado. Práticas como a administração doméstica dos recursos, os pagamentos por serviços afetivos, as remessas familiares ou as contribuições religiosas revelam que o uso do dinheiro segue lógicas que extrapolam a racionalidade econômica estrita.

Essas dinâmicas permitem compreender que o valor não se limita a uma função de equivalência abstrata, mas emerge dos modos pelos quais as sociedades classificam, ordenam e moralizam suas próprias economias.

Isto posto, cada sociedade produz formas próprias de interpretar, regular e ressignificar as práticas monetárias, expondo os limites das análises que ignoram as dimensões culturais do valor.

A reflexão antropológica sobre o dinheiro permite, assim, desnaturalizar noções amplamente aceitas de racionalidade econômica e valor monetário, ao evidenciar que mesmo em economias complexas, as transações financeiras continuam enredadas em laços sócio-simbólicos.

Essa perspectiva crítica adquire ainda maior relevância em um contexto global

marcado pela crescente financeirização da vida cotidiana, pela digitalização das trocas econômicas e pela expansão de formas de pagamento e crédito que reconfiguram as relações sociais em múltiplos níveis.

Este artigo tem como propósito examinar o dinheiro enquanto fenômeno social, tomando como eixo analítico as contribuições clássicas de Bronislaw Malinowski, Marcel Mauss e Viviana Zelizer, bem como debates contemporâneos que ampliam e tensionam essas leituras. Busca-se compreender de que maneira diferentes sociedades atribuem sentidos, valores e moralidades às práticas monetárias, evidenciando que a economia não se constitui como esfera isolada, mas como dimensão intrinsecamente vinculada às formas de organização simbólica, política e afetiva.

Ao articular diferentes momentos históricos e perspectivas analíticas, busca-se evidenciar o caráter plural do dinheiro e sua inscrição em redes de significados e valores que extrapolam as lógicas estritamente econômicas. A proposta é contribuir com uma leitura crítica e situada do dinheiro como fato social total, reafirmando sua centralidade na constituição das relações humanas, das identidades e das instituições.

Material e Métodos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com abordagem bibliográfica, de natureza exploratória e interpretativa. O referencial teórico foi constituído por meio da análise crítica das obras clássicas de Bronislaw Malinowski, Marcel Mauss e Viviana Zelizer, autores que abordam o dinheiro enquanto construção social e fenômeno cultural.

Complementarmente, foram incluídas perspectivas contemporâneas da antropologia econômica que dialogam com os autores

clássicos, ampliando a compreensão das dimensões simbólicas, relacionais e morais associadas ao dinheiro.

O método adotado baseia-se na triangulação entre revisão bibliográfica, análise comparativa e interpretação crítica, articulando conceitos da teoria da dádiva, sociologia econômica e estudos culturais, a fim de oferecer uma visão integrada da circulação econômica em contextos sociais diversos.

Resultados e Discussão

O kula e a troca como relação social: a contribuição de malinowski

A obra de Bronislaw Malinowski (1978) representa um marco inaugural da antropologia econômica, não somente por seu pioneirismo metodológico, com o uso sistemático da observação participante, mas também por sua contribuição teórica à compreensão das práticas econômicas como profundamente enraizadas nos sistemas simbólicos e culturais.

Em seu clássico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1978), fruto de trabalho de campo nas Ilhas Trobriand, no arquipélago das Kiriwina, o autor descreve em detalhes o sistema cerimonial de trocas conhecido como *Kula*, uma rede complexa de circulação de objetos que atravessa grupos austronésios (Mello, 2024) e revela uma lógica de intercâmbio que foge aos pressupostos utilitaristas da economia clássica.

O *Kula*, de acordo com Mello (2024), consiste na troca cíclica de dois tipos de objetos: os *soulava* – colares vermelhos de conchas que circulam no sentido horário – e os *mwali* – braceletes brancos que circulam no sentido anti-horário. Esses objetos não possuem valor utilitário imediato e não são acumulados de forma permanente pelos seus possuidores. Ao contrário, sua função reside

justamente na circulação contínua entre os participantes da rede.

A posse momentânea de um item *Kula* confere prestígio e status ao detentor (Mello, 2024), mas esse prestígio depende da continuidade da troca de modo que a retenção indevida do objeto implicaria a quebra de um pacto social. Conforme afirma Malinowski (1978), não é a utilidade do objeto que importa, mas o fato de ele circular, de ele vincular pessoas e territórios.

Essa lógica revela que a economia, nas sociedades trobriandesas, não pode ser dissociada da dimensão simbólica, afetiva e política das relações sociais. Malinowski (1978) pontua ainda que o *Kula* não visa à maximização de ganhos individuais ou à satisfação de necessidades materiais imediatas.

Trata-se de uma rede de obrigações recíprocas que articula valores como honra, confiança, lealdade e reconhecimento público. Nesse contexto, a troca assume posição de performance social, que reforça alianças e hierarquias (Mello, 2024), estabelece vínculos e legitima lideranças. Esta leitura evidencia que a motivação das trocas ultrapassa o cálculo racional de interesses materiais.

Autores contemporâneos continuam a revisitar o *Kula* como um exemplo paradigmático da crítica antropológica à visão utilitarista do comportamento econômico. Maurice Godelier (2001), por exemplo, enfatiza que o sistema descrito por Malinowski ilustra a articulação entre formas simbólicas e práticas de poder, que coexistem no interior das economias ditas “tradicionais”.

Diante disso, o *Kula* é tanto um sistema de redistribuição simbólica quanto um dispositivo político de manutenção de autoridade, em que a dádiva é atravessada por estratégias de consolidação de prestígio e reprodução de alianças intergrupais. Nesse sentido, Godelier (2001) aponta que o valor dos objetos *Kula* é inseparável do contexto ritual e das relações de poder que o sustentam.

Além disso, Keith Hart (2007) recupera o legado de Malinowski para pensar as economias contemporâneas, argumentando que, mesmo em sociedades capitalistas atuais, existem formas de troca que fogem à lógica da maximização do lucro e que são organizadas em torno de laços afetivos e princípios morais.

A lente relacional do *Kula* abre frestas interessantes para pensar economias de agora. Ela ilumina as engrenagens de confiança que sustentam mercados informais e evidencia trocas que escapam ao cálculo estrito. Nesse gesto, aponta para uma economia relacional que tensiona os pilares da teoria econômica moderna, como se resgatasse, no meio do turbilhão contemporâneo, a possibilidade de outras lógicas de circulação.

O *Kula*, portanto, não é apenas um caso exótico de uma sociedade distante, mas um modelo teórico para compreender a economia como um campo moral, simbólico e político. A descrição de Malinowski (1978) refuta a noção de um sujeito econômico universal e racional, inaugurando um paradigma antropológico na medida em que concebe a economia como uma prática situada culturalmente.

Essa perspectiva terá continuidade na obra de Mauss, que ampliará a noção de troca como relação social ao propor uma teoria geral da dádiva — um gesto que envolve bens, obrigações e vínculos duradouros entre os sujeitos.

A dádiva como fundamento do social: a teoria de marcel mauss

A obra de Marcel Mauss “Ensaio sobre a Dádiva” (2003) produz uma inflexão decisiva no pensamento antropológico sobre as trocas. Enquanto Malinowski descreve a troca como relação social a partir da observação empírica do *Kula*, Mauss busca formular uma teoria geral capaz de abarcar as múltiplas formas de circulação de bens e obrigações nas sociedades humanas.

O argumento central de Marcel Mauss (2003) é que, em muitas sociedades arcaicas, os atos de dar, receber e retribuir constituem um sistema total de prestações, cujo propósito não é apenas transferir objetos, mas instaurar laços sociais duradouros.

O ponto de partida dessa formulação é a constatação de que, em sociedades arcaicas como as da Polinésia e da América do Norte, os objetos dados em troca carregam a “alma” do doador. Esses objetos não são, portanto, meras mercadorias; são portadores de vínculos. Nessa direção, Sabourin (2008) destaca que a dádiva é um gesto que vincula, cria obrigações e perpetua relações sociais, revelando o caráter profundamente relacional das trocas descritas por Mauss.

A partir desse enquadramento, Mauss (2003) define a dádiva como uma instituição total, isto é, um fenômeno que envolve simultaneamente dimensões econômicas, jurídicas, religiosas, morais e simbólicas. Por articular essas esferas, o ato de dar produz uma obrigação de retribuição que não deriva de coerção legal, mas da força de uma moral coletiva que sustenta a solidariedade e o pertencimento ao grupo.

Nesse horizonte, o autor identifica uma tríplice obrigação — dar, receber e retribuir — cujo cumprimento é fundamental para a manutenção das alianças sociais. Embora esses gestos possam aparentar voluntariedade, são carregados de imperativos sociais (Sabourin, 2008): recusar um presente configura ofensa, e não retribuir pode romper vínculos, gerar tensões ou mesmo deflagrar conflitos.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a circulação de objetos, mas a produção e a manutenção de um vínculo moral que assegura a coesão social. Dar é inserir-se num sistema coletivo de obrigações mútuas; é colocar o outro sob dívida, ao mesmo tempo em que se reconhece ser também devedor

perante o grupo. Dessa forma, Mauss (2003) argumenta que as trocas não são regidas primordialmente por interesses individuais, mas por formas simbólicas e sociais que antecedem a lógica contratual.

Com isso, a dádiva pode ser compreendida como forma originária da economia, já que evidencia que o valor de um bem não está separado da relação em que ele é trocado. O valor não é intrínseco ao objeto, mas relacional, contextual e culturalmente construído.

A teoria maussiana desloca, assim, o foco da economia para o campo das relações sociais (Sabourin, 2008), indicando que toda troca é um ato social permeado por sentidos e obrigações morais. A economia, longe de constituir uma esfera autônoma, aparece como parte integrante da organização simbólica das sociedades.

Desse modo, o pensamento de Mauss revela a centralidade da dádiva não apenas como mecanismo de circulação de bens, mas como princípio organizador das relações humanas. A partir dessa chave interpretativa, torna-se possível compreender o dinheiro não como instrumento neutro ou meramente funcional, mas como meio de mediação simbólica (Mauss, 2003), atravessado por regras morais e formas específicas de significação — um lembrete de que mesmo as economias mais modernas permanecem ancoradas em vínculos sociais.

Em síntese, a teoria da dádiva proposta por Mauss ultrapassa a descrição das práticas de troca em sociedades arcaicas e oferece uma chave interpretativa para compreender a própria constituição do social. Ao evidenciar que toda circulação de bens envolve obrigações, expectativas e vínculos simbólicos, o autor demonstra que a vida coletiva se estrutura menos por interesses individuais que por regimes de reciprocidade que atravessam diferentes contextos históricos.

A leitura maussiana da dádiva também adquire relevância renovada diante das

transformações recentes da economia. A persistência e a reinvenção das obrigações sociais demonstram que os gestos de dar, receber e retribuir continuam estruturando relações sociais.

A teoria de Mauss encontra desenvolvimento contemporâneo em David Graeber (2011), cuja análise da dívida revela que os sistemas econômicos se organizam, desde suas formas mais arcaicas, a partir de expectativas morais e relações de reciprocidade, muito antes da consolidação do dinheiro como equivalente geral.

Em diálogo com Mauss (2003), Graeber (2011) evidencia que a dívida não é apenas um mecanismo financeiro, mas um dispositivo social que produz hierarquias, obrigações e formas de poder.

O paradigma da dádiva, articulado a essa leitura ampliada, permite examinar as dimensões morais e políticas que atravessam práticas econômicas frequentemente tratadas como estritamente técnicas. A partir dessa aproximação, fenômenos como o endividamento podem ser compreendidos não apenas como operações monetárias, mas como relações sociais marcadas por assimetrias, expectativas mútuas e regimes de obrigação que moldam a vida cotidiana.

A perspectiva maussiana permite deslocar o olhar sobre a economia e reinscrevê-la no interior das formas de relação e reconhecimento que sustentam os grupos humanos. Longe de ser um resíduo do passado, a dádiva revela-se, assim, uma matriz analítica para pensar as lógicas contemporâneas de troca (Sabourin, 2008), lembrando que até mesmo os circuitos monetários mais modernos permanecem atravessados por normas morais, pactos implícitos e vínculos que dão espessura à experiência social.

O dinheiro como relacionamento: a contribuição de viviana zelizer

Viviana Zelizer oferece uma inflexão decisiva à análise sociológica do dinheiro ao contestar a suposição dominante na economia clássica de que o dinheiro é uma entidade neutra e impessoal.

Em sua obra *The social meaning of money* (1994), Zelizer argumenta que o dinheiro é constantemente reconfigurado pelas práticas sociais, culturais e afetivas dos indivíduos. Seu trabalho dá continuidade, em chave contemporânea, ao legado teórico de Marcel Mauss, ao demonstrar que mesmo os objetos aparentemente racionais da modernidade — como o dinheiro — estão imersos em redes de significados morais e relacionais.

A principal tese de Zelizer é que o dinheiro não circula de forma homogênea e indiferenciada. Pelo contrário, os agentes sociais criam distinções simbólicas (Pauli; Rosenfield, 2017) entre tipos de dinheiro, de acordo com a fonte, o destino e a moralidade da transação.

Zelizer (1994) cunha o conceito de “dinheiro marcado” para se referir a essas diferenciações: por exemplo, o dinheiro dado como mesada tem um significado distinto daquele recebido como salário ou doado como caridade. Cada um desses fluxos monetários é moldado por normas sociais, expectativas culturais e afetos.

Essa perspectiva rompe com a dicotomia tradicional entre economia e sociedade, entre mercado e cultura. Nesse viés, conforme apontam Pauli e Rosenfield (2017), a moeda é uma construção social e moral, cuja circulação está diretamente atrelada à formação identitária, às relações de gênero, às estruturas familiares e às convenções morais de cada grupo social.

Em seus estudos sobre seguros de vida, pensões, indenizações por morte e pagamento por serviços domésticos, Viviana Zelizer (2011) mostra como as decisões econômicas são profundamente influenciadas por afetos, obrigações familiares e normas de cuidado.

A distinção entre o que pode ou não ser comprado, por exemplo, não é universal nem estática, mas construída social e historicamente situada.

No interior das sociedades capitalistas avançadas, a contribuição de Zelizer torna-se fundamental para compreender como o dinheiro é continuamente marcado, diferenciado e moralizado.

Em contextos digitais e hipermonetizados, observa-se a proliferação de classificações sociais do dinheiro: cartões específicos para benefícios, vales destinados a finalidades restritas, categorias de gasto definidas por aplicativos de gestão financeira, separação entre rendas pessoais e familiares, além das múltiplas formas de monetização da intimidade e do cuidado.

A perspectiva de Zelizer revela que o dinheiro não circula como entidade indiferenciada (Pauli; Rosenfield, 2017), mas como recurso constantemente regulado por normas sociais, expectativas afetivas e distinções simbólicas.

Nesse horizonte, Zelizer contribui para uma reconceitualização crítica da economia contemporânea, revelando que o capitalismo monetário não é um sistema desconectado da vida social (Pauli; Rosenfield, 2017), mas uma forma específica e historicamente situada de regulação simbólica das relações. Sua análise lança luz sobre o cotidiano das transações e mostra que mesmo as práticas mais triviais são terreno de negociação moral, afetiva e identitária.

Ao desafiar a pretensa neutralidade do dinheiro, a autora recoloca a questão do valor no centro das análises sociais, não como uma medida abstrata, mas como uma construção coletiva e historicamente situada.

Em última instância, a contribuição de Zelizer evidencia que a economia monetária somente pode ser compreendida de maneira adequada quando inserida nas tramas sociais

que orientam seus usos e significados. Ao demonstrar que o dinheiro é sistematicamente configurado por moralidades, afetos e regimes de pertencimento, a autora desestabiliza a noção de neutralidade econômica e reafirma o caráter socialmente construído do valor, entendendo-o como produto de contextos históricos e classificações culturais que orientam a vida econômica.

Considerações Finais

A análise antropológica do dinheiro, conforme desenvolvida por Malinowski, Mauss e Zelizer, refuta as concepções clássicas da economia como uma esfera governada unicamente pela racionalidade instrumental.

As abordagens desses autores oferecem ferramentas conceituais capazes de iluminar práticas econômicas recentes, especialmente aquelas que emergem no interior do capitalismo digital, das novas formas de monetização e das reconfigurações da vida social.

Em contraste com a tradição econômica ortodoxa, que tende a abstrair o dinheiro de seus contextos sociais, simbólicos e morais, Malinowski, Mauss e Zelizer evidenciam que a moeda é, antes de tudo, uma construção histórica e cultural, inscrita em relações de poder, valores coletivos e códigos compartilhados. Tal perspectiva desloca o foco da ideia de dinheiro como mero equivalente geral, reinserindo-o no interior das práticas cotidianas e dos sistemas de significação que orientam a vida social.

Malinowski, ao investigar as trocas cerimoniais do *Kula* entre os habitantes das Ilhas Trobriand, demonstra que, mesmo em sociedades sem moeda moderna, os circuitos de troca são atravessados por lógicas complexas de prestígio, obrigação e reconhecimento. Objetos circulam não por seu valor utilitário, mas por seu papel na produção e manutenção de alianças duradouras.

O valor emerge, assim, não da materialidade do bem, mas de sua inserção em redes de reciprocidade e expectativas sociais. O *Kula* exemplifica um sistema no qual as transações econômicas são intrinsecamente políticas, ritualizadas e profundamente vinculadas à posição dos sujeitos na estrutura social.

Mauss aprofunda esse horizonte teórico ao interpretar a dádiva como um fato social total, no qual se condensam dimensões jurídicas, religiosas, morais, estéticas e econômicas. Em sua formulação, dar, receber e retribuir constituem obrigações fundamentais que estruturam alianças, definem hierarquias e organizam formas de pertencimento.

A economia, nesse registro, aparece como atividade moral e política, sustentada por expectativas recíprocas que vinculam indivíduos e coletividades. Sua análise oferece um dos mais sólidos fundamentos para compreender as práticas de troca não apenas como transações, mas como processos de construção social.

Viviana Zelizer, por sua vez, desloca a discussão para o interior do capitalismo contemporâneo, revelando que o dinheiro, longe de operar como força homogeneizante, é constantemente marcado por relações sociais. As chamadas “marcações do dinheiro”, os usos diferenciados da moeda conforme contextos afetivos e institucionais, e a formação de economias íntimas demonstram que a monetização não elimina vínculos simbólicos; ao contrário, reorganiza-os.

O dinheiro adquire sentidos específicos quando circula entre familiares, quando é designado para certas despesas, ou quando se torna mediador de cuidados, afetos e obrigações. A esfera econômica, portanto, não é separada da vida social, mas uma de suas dimensões estruturantes.

Essas contribuições convergem para uma crítica abrangente ao reducionismo econômico, oferecendo uma lente sensível e complexa para analisar fenômenos contemporâneos como desigualdade, precarização, endividamento, políticas de redistribuição e o surgimento de formas alternativas de moeda e crédito.

A antropologia econômica evidencia que valores monetários estão imbricados em valores sociais, e que a economia não pode ser compreendida de maneira isolada das instituições que a sustentam, das moralidades que a orientam e das narrativas que a legitimam. Mais do que um instrumento neutro de troca, o dinheiro emerge como linguagem social um meio por meio do qual se constroem, mantêm e disputam relações.

A economia, longe de constituir um domínio apartado da cultura, revela-se como uma de suas expressões mais poderosas, atravessada por memórias coletivas, normas morais, disputas simbólicas e regimes de verdade que moldam tanto as práticas cotidianas quanto as arquiteturas institucionais. Essa perspectiva amplia o horizonte analítico e reafirma a necessidade de compreender a vida econômica em toda sua espessura histórica, política e cultural.

NOTAS

¹ As abordagens tradicionais da economia que fundamentam essa concepção incluem, sobretudo, a economia clássica, representada por autores como Adam Smith e David Ricardo; a economia neoclássica, formulada por William Stanley Jevons e Alfred Marshall; e o monetarismo, cuja referência central é Milton Friedman.

- ² Bronislaw Malinowski (1884–1942) foi um antropólogo polonês-britânico considerado um dos fundadores da antropologia social moderna. Sua obra consolidou o método etnográfico baseado na observação participante e destacou a importância de compreender instituições, práticas e sistemas de troca a partir dos significados produzidos pelos próprios grupos estudados.
- ³ Marcel Mauss (1872–1950) foi um antropólogo e sociólogo francês cuja obra exerceu influência decisiva na consolidação das ciências sociais. Integrante da tradição durkheimiana, dedicou-se ao estudo das formas de troca, das obrigações sociais e da construção simbólica dos vínculos coletivos.
- ⁴ Viviana Zelizer (1946–) é uma socióloga argentina que consolidou sua carreira acadêmica nos Estados Unidos, tornando-se uma das principais referências da sociologia econômica contemporânea. Sua obra demonstra que práticas monetárias são profundamente atravessadas por vínculos sociais, valores morais e significados culturais.

REFERÊNCIAS

- GRAEBER, H. 2011. **Debt: The first 5,000 Years**. New York: Melville House.
- HART, J. K. *Money is always personal and impersonal*. **Anthropology Today**, v. 23, n. 5, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8322.2007.00536.x>
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- MELLO, M. M. Os circuitos do kula. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 33, n. 1, p. e222404, 2024. Doi: <https://doi.org/10.11606/ISSN.2316-9133.v33i1pe222404>
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MONTICELLI, T.; ARAUJO, A. B. Gênero, intimidade e economia: Uma entrevista com Viviana Zelizer. **Sociologia & Antropologia**, v. 14, n. 2, p. e240031, 2024. Doi: <https://doi.org/10.1590/2238-38752024v1421>
- PAULI, J; ROSENFELD, C. A função do dinheiro: uma análise das estratégias dos mediadores em um sistema de crédito cooperativo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 1, p. 171-188, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6253>. Acesso em: 7 nov. 2025.
- SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 131-138, fev. 2008 Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000100008>
- ZELIZER, V. **The social meaning of money**. New York: Basic Books, 1994.
- ZELIZER, V. A economia do Care. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 3, p. 376-391, 2011. Doi: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2010.3.8337>.

